



GILBERTO MALTA DA SILVA

**EFEITOS DA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA EM
UMA EMPRESA PÚBLICA BRASILEIRA**

LAVRAS – MG

2019

GILBERTO MALTA DA SILVA

**EFEITOS DA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA EM UMA EMPRESA
PÚBLICA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz
Orientador

**LAVRAS-MG
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo (a) próprio (a) autor (a).**

Silva, Gilberto Malta da.

Efeitos da descontinuidade administrativa em uma empresa pública
brasileira / Gilberto Malta da Silva. – 2019.

37 p.: il.

Orientador: Janderson Martins Vaz.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Descontinuidade Administrativa. 2. Finanças. 3. Endividamento.
I. Vaz, Janderson Martins. II. Título.

GILBERTO MALTA DA SILVA

**EFEITOS DA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA EM UMA EMPRESA
PÚBLICA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em 03 de Dezembro de 2019.

Prof. Me. Cledison Carlos de Oliveira UFLA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline UFLA

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz
Orientador

**LAVRAS-MG
2019**

RESUMO

O Brasil é considerado um país cujo processo democrático é relativamente recente se comparado a outros, como por exemplo, asiáticos ou europeus. Esse fator o deixa com certa imaturidade, principalmente, com a tendência de os governantes não estabelecerem continuidade às ações iniciadas por seus antecessores, o que afeta de sobremaneira a administração pública direta e indireta. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo de pesquisa verificar quais os efeitos da descontinuidade administrativa nas finanças das empresas públicas e, especificamente, sobre o seu endividamento por meio da análise das informações financeiras. Para conclusão deste trabalho foi realizado um estudo descritivo em que se examinaram as tendências financeiras da empresa pública objeto de estudo no período de 1991 a 2018. Para tanto, foram coletados dados referentes ao Ativo Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido e analisado com base nos Índices de Endividamento (Relação Capital de Terceiros/ Capital Próprio e Relação Capital de Terceiros/ Ativo Total) propostos por Assaf Neto e Lima (2017). Os resultados obtidos mostram que a Descontinuidade Administrativa presente na empresa pública impacta as finanças em relação ao seu nível de endividamento.

Palavras-chave: Descontinuidade Administrativa. Finanças. Endividamento. Empresa Pública.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	Continuidade e descontinuidade administrativa	8
2.1.1	Estudos preliminares sobre Continuidade e Descontinuidade Administrativa	9
2.2	Análises Financeiras das empresas públicas	11
2.2.1	Índices Financeiros	13
3	METODOLOGIA	16
4	ANALISE DOS RESULTADOS	18
4.1	Análise das Demonstrações Contábeis da EBCT	19
4.2	Análises dos Indicadores de Endividamento considerando os mandatos presidenciais do Brasil e dos Correios	26
4.3	Discussões dos Resultados Encontrados	29
5	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICE A – PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVO TOTAL EBCT	37

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado, atualmente, um país democrático, pois para qualquer demanda que porventura venha da sociedade brasileira é necessário, primeiramente, que haja uma análise detalhada da situação problema para que posteriormente sejam direcionadas quais serão as prioridades e num segundo instante, a partir de uma ampla discussão e definição de estratégias possam utilizar mecanismos governamentais para que aquela demanda seja sanada atendendo o maior número possível de pessoas. Com isso, os projetos e políticas que serão desenvolvidas obrigatoriamente precisam passar por votações no Congresso Nacional, que é composto por representantes da sociedade que são eleitos a partir da escolha da própria população, para que depois seja assinado pelo presidente da república e assim ser executado por quem de direito para atender a essa demanda.

A democracia brasileira é considerada nova comparada a outros países, como por exemplo, os europeus e os asiáticos, no qual o deixa como um país com certa imaturidade democrática. Os governantes tendem a não dar continuidade às ações iniciadas pelos seus antecessores, preferem fazer seus próprios planos e estratégias de governo, que na maioria das vezes, distanciam das políticas que estão em andamento ou iniciadas recentemente. Com isso, tanto a administração pública direta e indireta como a população em geral acabam sendo afetadas. Como cada governante tem um posicionamento e modo de agir diferente em relação à condução das prioridades a serem atendidas, suas ideologias influenciam ora para um Estado mais interventor, ora para um menos interventor e com certa frequência os projetos são cancelados e abandonados, fazendo com que a população e a própria administração pública sejam prejudicadas em decorrência dessa não continuidade.

Uma descontinuidade administrativa é o encerramento de programas, projetos, iniciativas voltadas a atender determinada demanda da população, mudanças de planos e prioridades em função de uma linha de pensamento político-ideológica, ignorando as consequências que isso possa acarretar, tendo por decorrência a perda de recursos públicos e o desestímulo de funcionários públicos que são desviados de suas funções em favor de interesses políticos (Nogueira, 2006, p.13).

Muitos setores que estão ligados a esses governos podem sofrer consequências motivadas pelas decisões tomadas sem a devida análise do cenário no qual estão inseridos, principalmente após o período eleitoral, como por exemplo, as empresas públicas, que podem servir de moeda de troca entre os partidos políticos com o propósito de obter votos favoráveis em projetos que o partido no qual se encontra no governo deseja que seja aprovado. Os cargos

estratégicos e administrativos que precisam de profissionais capacitados para gerenciar e tomar a atitude mais acertada para determinada necessidade de uma organização pública são ocupados por indicados políticos que na maioria das vezes não tem o perfil profissional necessário, levando a ações não condizentes com aquele momento, fazendo com que todo um processo produtivo seja comprometido por falta de um gerenciamento adequado para aquela situação.

A partir do exposto, o presente estudo tem como questão problema: Quais os efeitos da descontinuidade administrativa nas finanças das empresas públicas, e especificamente, sobre o seu endividamento? Teve por objetivo principal analisar as informações financeiras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) com foco em seu endividamento. Para atingir o objetivo principal apresentaram-se como objetivos específicos:

- a) Analisar documentos contábeis disponibilizados pela EBCT levantando características das finanças ao longo do tempo;
- b) Identificar as alterações ocorridas na gestão da EBCT que pode configurar como uma descontinuidade administrativa;
- c) Diagnosticar os efeitos da descontinuidade administrativa sobre o endividamento da EBCT.

A justificativa do trabalho está no propósito de contribuir academicamente na expansão do estudo do tema abordado, auxiliar aos interessados em aprofundar seus conhecimentos a respeito do assunto exposto, ajudar a administração pública direta, indireta, autárquica, fundacional e empresas públicas, com mais estudos para comparação entre avaliações realizadas em cima dessa temática ou assuntos afins e à academia como material a ser utilizado como fonte de consulta para aprofundamento e expansão do tema abordado neste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico aborda Continuidade/Descontinuidade Administrativa e Finanças. Na primeira abordagem, há a conceituação da expressão continuidade e descontinuidade. Na segunda parte é apresentado o conceito de Finanças, juntamente com breves definições dos documentos contábeis obrigatórios mencionados, conceituação dos Índices de Endividamento e apresentação dos Índices Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio e Relação Capital de Terceiros/Ativo Total, que são base para este estudo.

2.1 Continuidade e descontinuidade administrativa

Entende-se por Continuidade Administrativa a não alteração nos direcionamentos oriundos de decisões que afetam a natureza e obrigações de determinada organização tanto pública como privada devido à mudança em sua gestão; a Descontinuidade Administrativa é quando há uma ruptura ou cancelamento nas decisões tomadas anteriormente proveniente da mudança na gestão da organização.

Diversos fatores podem causar a Continuidade Administrativa e em contrapartida a falta deles ou a discordância entre eles podem ocasionar a Descontinuidade. Segundo Zapellon (2011) esses fatores podem ser: fatores políticos, no qual compromissos de campanha podem influenciar a tomada de decisão em consonância com determinada ação a ser realizada; fatores técnicos, no sentido que a capacitação dos agentes públicos incidirá nas decisões das políticas a serem empregadas; parcerias com outros segmentos da sociedade, que podem influenciar a tomada de decisão em relação à determinada ação.

Como definição e consequências ou efeitos de uma Descontinuidade Administrativa, Nogueira (2006) menciona:

[...] interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridade e engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenham as ações descontinuadas. Como consequências, têm-se o desperdício de recursos públicos, perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições.

2.1.1 Estudos preliminares sobre Continuidade e Descontinuidade Administrativa

Os textos acadêmicos que abordam a Continuidade/Descontinuidade tratam assuntos específicos, como por exemplo, pontuam estudos de caso ou pesquisam situações no qual incide algum problema devido à mudança ou continuação da gestão.

Estevam (2010) aborda o efeito do processo eleitoral como uma das causas da descontinuidade, principalmente nas esferas municipal e estadual. Segundo ele:

Para aqueles que estão no poder vem a advertência aos eleitores sobre as ameaças de que se a oposição vencer as eleições, obras e projetos serão paralisados, servidores transferidos e ou demitidos; já os oponentes garantem que darão continuidade aos bons programas e projetos, comprometendo-se a melhorar ainda mais os que vêm sendo executado. Desta forma o que deveria gerar um debate crítico sobre a gestão administrativa e das políticas públicas quer sejam locais ou não, na maioria entra-se num vazio sem nexos e se perde a oportunidade de discutir propostas concretas para se ter uma gestão mais transparente e eficaz.

Com essa linha de pensamento, Estevam (2010) traz a discussão que apesar de o senso comum acreditar que há descontinuidade após pleitos eleitorais e que os sucessores mudarão drasticamente os projetos e políticas em andamento, o autor parte do pressuposto que existe descontinuidade com elementos de continuidade e que há continuidade com elementos de descontinuidade; que num regime democrático a alternância de poder é necessária e que isso gera por si só uma descontinuidade administrativa. O autor mostra que tanto continuidade quanto a descontinuidade existem, e que não necessariamente significam algo bom ou ruim e sim as consequências que podem ocorrer em detrimento das interrupções de políticas que afetam a população em decorrência da continuidade ou descontinuidade de uma gestão pública.

Nogueira (2006) busca compreender os fatores que favorecem a continuidade nas ações públicas dos governos locais no Brasil. Na sua visão a Descontinuidade Administrativa é algo que existe no dia a dia da administração pública direta, muitas vezes intensificada pela imprensa quando há mudança de governo. Traduzem-se em interrupções de projetos, programas e obras, mudanças de prioridades, arquivamento de planos provenientes de posicionamentos político-ideológicos; desconsiderando possíveis méritos que possam ter essas ações descontinuadas e por resultado final o desperdício de recursos públicos e a desmotivação das equipes que se encontram envolvidas nesses projetos e programas.

A partir do estudo feito com os três objetos de pesquisa que foram a gestão da coleta seletiva da cidade de Embu das Artes (SP), o programa de renda mínima da cidade de Jundiaí

(SP) e da instituição comunitária de crédito de Porto Alegre (RS), o autor relata que a continuidade/descontinuidade administrativa não necessariamente seja a continuação das atividades nem tampouco seu desenvolvimento seja sequencial. Vários fenômenos foram detectados, como por exemplo, fugas ao plano inicial; despreparo para avaliação de impactos; troca de experiências que faziam influenciar e serem influenciados ao mesmo tempo, dentre outros. O autor conclui que as iniciativas públicas diminuiriam os riscos de uma descontinuidade ao serem planejados com ações que promovessem a continuidade e a interferência no ambiente no qual a política está inserida, com atuações organizadas com aliança entre os partidos.

Magnus (2011) faz uma discussão do quanto a descontinuidade administrativa do poder executivo pode ferir o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, no qual a administração pública deve visar o bem comum, não preponderando o seu interesse em detrimento do interesse coletivo. O autor traz reflexões quanto o papel da Administração Pública, que segundo ele, são as atividades diversificadas executadas por pessoas ligadas ao direito público ou aquelas responsáveis por sua execução, no qual o resultado gerado são recursos que possam ser utilizados pelo próprio poder público; estes recursos podem ser entendidos como serviços prestados pelo Estado, como por exemplo, segurança pública, saúde, cultura, dentre outros, para o bem estar da população.

Em termos de Descontinuidade Administrativa, o autor aborda dois aspectos na qual ela está inserida: o primeiro um aspecto que transmite ao termo uma normalidade, pois a descontinuidade administrativa é algo natural quando se trata de processos eleitorais na qual existe uma democracia, faz com que haja mudanças em ministérios, secretarias, dentre outros órgãos governamentais. O outro aspecto é em relação às medidas adotadas nas administrações anteriores referentes a alguma demanda da população e a mudança de gestão, ou seja, nos novos rumos que essas mudanças terão nas tomadas de decisão das políticas e programas que estão em andamento.

O autor conclui que: numa iniciativa pública a interrupção de projetos, programas e obras ocasionada pela mudança de governo fere o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, pois é através da administração pública que são asseguradas a garantia que as necessidades coletivas, como por exemplo, segurança, cultura e saúde sejam sanadas. É através dos princípios jurídicos que há a motivação para construção de normas que permite ao cidadão através das leis fazer aquilo que é necessitado pela coletividade seja realizado e a descontinuidade administrativa motivada por interesses particulares prevalecer

sobre o interesse público traz por consequências desperdício de recurso público e desmotivação das pessoas envolvidas nesse processo.

Nos estudos citados, observaram-se alguns pontos em comum: a pouca literatura existente que explore o tema abordado e a falta de uma discussão mais aprofundada a respeito de continuidade/descontinuidade administrativa, as consequências para a população proveniente de interesses particulares prevalecerem ao interesse público em decorrência de uma descontinuidade motivada por processos eleitorais ou mudanças nas gestões influenciadas por posicionamentos político ideológicos, mas também essas mudanças de gestão resultante de um processo eleitoral ser um dos pressupostos básicos para a alternância de poder em um país de regime democrático.

2.2 Análises Financeiras das empresas públicas

A Ciência que estuda a gestão de dinheiro, cuidando dos processos, instrumentos, instituições e o mercado, ligados à transferência de recursos monetários entre pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais denominam-se Finanças (Gitman, 2004, p.4). E pode ser dividida em duas grandes áreas:

- a) **Serviços Financeiros:** responsável pelo desenvolvimento e entrega de serviços de assessoramento e produtos financeiros a indivíduos, empresas e órgãos públicos e;
- b) **Administração Financeira:** que tem por finalidade atender-se com as atividades dos administradores financeiros nas organizações públicas ou privadas.

Essas atividades estão relacionadas com: teorias econômicas, pois os administradores financeiros precisam ter conhecimento da ciência econômica e dar atenção para as consequências que porventura podem afetar a organização em decorrência das transações econômicas externas a ela; contabilidade, ciência teórica e prática que estuda os cálculos e realiza as escrituras das movimentações financeiras realizadas por uma empresa ou organização pública ou privada; e as atividades básicas do administrador financeiro, que além do envolvimento com a análise e planejamento das finanças da organização, também preocupa com a tomada de decisões nos investimentos e financiamentos que a organização irá realizar.

Segundo Gitman (2004):

As decisões de investimento determinam tanto a composição quanto os tipos de ativos da empresa; e as decisões de financiamento determinam tanto a composição quanto os tipos de recursos financeiros usados pela empresa... Entretanto, as decisões são realmente tomadas com base nos efeitos de seus fluxos de caixa sobre o valor da empresa.

Dentro da Administração Financeira, existe a área contábil que é responsável por documentar todas as transações comerciais e monetárias realizada pela organização pública ou privada, e dentro dessa documentação necessária, existe relatórios que são obrigatórios serem utilizados e disponibilizados aos gestores e as pessoas que estão de alguma forma envolvida diretamente na administração dela. Para isto, a contabilidade tem um instrumento denominado Demonstração Contábil, que são relatórios periódicos que mostram o andamento dessas transações realizadas pela organização em um determinado período de tempo.

O Art.176 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) elenca as Demonstrações Contábeis obrigatórias e a Lei 11638/07 acrescenta a Demonstração do Valor Adicionado nesse rol obrigatório, a saber:

I - Demonstração do Resultado do Exercício: permite uma síntese financeira dos resultados operacionais da organização num determinado tempo, usualmente utiliza-se o período de um ano com encerramento em determinada data, geralmente o último dia do ano civil, mas pode ser utilizado um ciclo financeiro de doze meses que poderá ser finalizado em data diferente ao último dia do ano civil; (BRASIL, 1976).

II - Balanço Patrimonial: demonstração financeira com o objetivo de ser uma síntese descritiva da situação financeira da organização em uma determinada data. Iguala os ativos, como por exemplo, dinheiro em caixa e contas a receber, ao seu financiamento, ou seja, as suas obrigações a pagar, podendo ser realizado com capital de terceiros, que são as dívidas, ou capital próprio, que foram ou serão fornecidos pelos proprietários; (BRASIL, 1976).

III - Demonstração de Lucros Retidos: propicia que faça a consonância entre o lucro líquido obtido em um determinado exercício, mais quaisquer pagamento de dividendos, com a variação do lucro contido entre o começo e o final do ano corrente; (BRASIL, 1976).

IV - Demonstração de fluxos de caixa: resumo dos movimentos de entrada e saída de recursos monetários durante um período considerado, oferecendo uma perspectiva dos fluxos de caixa operacionais, investimentos, financiamentos da empresa ou organização, conciliando esses fluxos com as variações dos saldos de caixa ou aplicações em títulos comerciáveis nesse período; (BRASIL, 1976).

V - Demonstração do Valor Adicionado: segundo a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 3.7.1.2) “é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”. (BRASIL, 2007).

Os cinco tipos de Demonstrações Contábeis mencionados acima são importantes ferramentas pelas quais os administradores financeiros podem utilizar para construção de mecanismos de controle que darão suporte às organizações. A análise financeira realizada através de métodos de cálculos e interpretações produzem índices que tem por objetivo monitorar e acompanhar o desempenho de uma organização tanto pública como privada em um dado momento. Esses índices serão mais detalhados na próxima seção.

2.2.1 Índices Financeiros

São medições feitas por analistas financeiros com o propósito de coletar e gerar informações financeiras sobre situações pelas quais a organização esteja atravessando. Esses índices podem ser divididos em cinco categorias, de acordo com Gitman (2004).

I - Índices de Liquidez: Gitman (2004, p46) “É medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de certo prazo à medida que vencem”; Blatt (2001, p73) “Diz respeito à probabilidade do cliente honrar seu compromisso no dia e com os encargos contratuais acordados”.

Esses índices tem por objetivo principal a avaliação da capacidade de pagamento das obrigações que a organização possui. Quanto mais alto for o valor dele mais líquida a empresa está.

II - Índices de Lucratividade ou Rentabilidade: Gitman (2004, p52) “Permite ao analista avaliar os lucros da empresa em relação a certo nível de vendas, a certo nível de ativos ou ao volume de capital investido pelos proprietários”; Blatt (2001, p82) “Índices de Lucratividade ajudam a determinar quão efetivamente uma empresa produz lucros a partir de seus recursos”.

Os Índices de Lucratividade tem por principal função analisar o quanto renderam os investimentos realizados pela organização. Quanto mais alto ele for menor o custo relativo dos produtos comercializados.

III - Índices do Valor de Mercado: Gitman (2004, p56) “Os índices de valor de mercado relacionam o valor de mercado da empresa medido pelo preço corrente da ação, em termos de risco e retorno”.

Índices de valor de mercado é a avaliação realizada para saber o valor da organização a partir do preço da sua ação.

IV - Índice de Atividade: Gitman (2004, p47) “Medem a velocidade com que as várias contas são convertidas em vendas ou caixa- entradas ou saídas”; Blatt (2001, p88) “Medem quão eficientemente a empresa gerencia seus ativos”.

Esses índices são utilizados na análise financeira de uma organização como medidores do quão rápido as várias contas dela estão sendo transformadas em caixa ou vendas.

Além das quatro categorias mostradas nos parágrafos anteriores, existe outra categoria que são os índices de endividamento, que serão tratadas a seguir.

2.2.1.1 Índices de Endividamento

Gitman (2004 p49): “o índice de endividamento indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros”; A geração de lucro da organização também afetam esses indicadores, que medem os níveis de imobilização de recursos próprios, relacionam a composição de capitais (próprios e de terceiros), e que buscam diversas relações na estrutura e na qualidade da dívida da organização.

Segundo Assaf Neto e Lima (2017), os Indicadores de Endividamento:

São utilizados, basicamente, para aferir a composição (estrutura) das fontes passivas de recursos próprios de uma empresa. Ilustram quanto de recursos próprios (patrimônio líquido) e de recursos de terceiros (passivos) são utilizados para financiar os ativos totais da empresa. Os indicadores fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente, instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros de longo prazo assumidos.

Assaf Neto e Lima (2017) apontam três indicadores para analisar o grau de endividamento de uma organização: Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio; Relação Capital de terceiros/Ativo Total e; Imobilização de Recursos Permanentes. Existem vários outros indicadores que apontam qual a situação do endividamento pela qual a organização está passando, mas não é o foco desse estudo de caso. Os descritos abaixo encaixam dentro do

perfil da organização escolhida para objeto de estudo por tratar-se de uma empresa pública focada na prestação de serviços e que gera seus próprios recursos para sua atividade, por isso os indicadores que relacionam capital de terceiros, capital próprio e ativo são os mais indicados para medi-la. Assim, tem-se conforme Assaf Neto e Lima (2017):

- Relação Capital de Terceiros (P) / Capital Próprio (PL), sua fórmula é:

$$\frac{P}{PL} \quad (1)$$

Onde P é o Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante e PL é o Patrimônio Líquido; tem por principal função revelar o quanto que é composto o Patrimônio Líquido em decorrência de capitais de terceiros, ou seja, passivo. Por exemplo, se a proporção P/PL for 0,51 significa que para cada Um Real de recurso investido na empresa, 51 centavos de Real foram através de capitais de terceiros (ASSAF NETO E LIMA, 2017).

- Relação Capital de Terceiros (P) / Ativo Total (AT), sua fórmula é:

$$\frac{P}{AT} \quad (2)$$

Onde P é o Passivo Circulante somado ao Passivo Não Circulante e AT é o Ativo Total. Indica o quanto do Ativo Total, ou seja, dos recursos que a empresa possui vem de recursos de terceiros. Em outras palavras, esse indicador aponta qual o percentual de endividamento da empresa ou organização com seus credores. Por exemplo, se a proporção P/AT for de 0,53 significa que 53% dos ativos da empresa ou organização são recursos de terceiros e 47% de recursos próprios (ASSAF NETO E LIMA, 2017).

Para ambos os indicadores, quanto menor os valores, menor o grau de endividamento da organização (ASSAF NETO E LIMA, 2017).

3 METODOLOGIA

Para Vergara (1998), a pesquisa é a atividade fundamental da ciência. Ela busca oferecer esclarecimentos acerca de um fenômeno, num processo de procura pela verdade, na qual há a sinalização de erros e acertos, preponderantemente racional, com uma investigação planejada e desenvolvida conforme normas metodológicas estabelecidas.

A presente pesquisa teve por finalidade um estudo descritivo, com o objetivo de expor, observar e analisar os eventos sem qualquer tipo de interferência, examinar as tendências financeiras da empresa objeto de estudo no período compreendido de 1991 a 2018. Além de uma pesquisa descritiva, este estudo possui caráter explicativo, visto que possui o objetivo de esclarecer os fatores que, de alguma forma, contribuem para o acontecimento de determinado fenômeno. Vergara (1998, p.45) menciona:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação, (...). A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar e os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para determinado fenômeno.

Esta pesquisa caracterizou-se como um Estudo de Caso, pois de acordo com Vergara (1998, p.47) “é o circunscrito a uma ou mais unidades, entendidas essas como uma pessoa, (...), uma empresa, um órgão público, (...). tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”; baseado numa revisão bibliográfica, sendo esta desenvolvida a partir de materiais publicados, como por exemplo, livros, revistas, artigos técnicos, monografias e redes eletrônicas. Os materiais publicados, citados anteriormente, buscaram descrever as características das informações financeiras, destacando sua utilidade para a tomada de decisões numa organização.

O objeto de estudo foi a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública de direito privado, criada pela Lei nº509 de 20 de Março de 1969, vinculada ao Ministério das Comunicações. Por isso, todos os gestores da empresa são escolhidos a partir da indicação da base governista daquele momento e a posse é dada pelo presidente da república que se encontra no poder. É uma empresa que está presente nos 5570 municípios brasileiros e conta com um quadro de funcionários que ultrapassam os 105mil. Esta empresa foi escolhida como objeto de estudo para este trabalho porque tem a possibilidade de ser inclusa no pacote de

privatizações do atual governo federal, por estar com problemas financeiros devido a escândalos envolvendo corrupção e desvio de dinheiro.

Assim, foram analisadas as Demonstrações Contábeis da EBCT a partir do novo período democrático iniciado em 1989 com eleições diretas para presidente. Para tanto, foram coletados dados referentes ao Ativo Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido das demonstrações financeiras disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa e por meio do portal de informações ao cidadão (E-SIC).

Os dados foram analisados tendo por base os índices de endividamento propostos por Assaf Neto e Lima (2017) para produzir resultados que diagnosticariam o grau de endividamento da organização estudada. Nesse sentido foram utilizados os índices Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio (PPL) e Relação Capital de Terceiros/Ativo Total (PAT)

A partir dos índices levantados foram realizadas análises por meio de estatísticas descritivas, como Média, Mediana, Variância e Desvio Padrão objetivando caracterizar o endividamento da EBCT.

Visando a consecução do segundo objetivo específico da pesquisa, foi mapeado no período de 1991 a 2018, os chefes do executivo federal e os respectivos gestores da EBCT procurando identificar a ocorrência de descontinuidade administrativa na empresa.

De posse dos dados relativos ao endividamento da empresa e realizado o mapeamento da descontinuidade administrativa da EBCT, foi realizada uma análise comparativa entre o mandato presidencial- representando a descontinuidade administrativa- e a Média dos índices de endividamento por período visando identificar os efeitos da descontinuidade administrativa sobre o endividamento da EBCT.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

A EBCT é uma empresa pública que durante vários anos foi para seus clientes sinônimo de confiança e pontualidade em honrar seus compromissos, mas num passado recente essa situação mudou por vários motivos, que vão desde extravios de correspondências e encomendas até escândalos envolvendo corrupção e desvio de verba pública. A Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instaurada com o nome de CPI do Mensalão e depois CPI dos Correios, teve por objetivo investigar os supostos repasses de dinheiro em forma de doação a partidos políticos em troca de apoio nas votações no Congresso Nacional de projetos encaminhados pelo presidente da república, e envolvia funcionários da EBCT nesse esquema; o rombo no fundo de previdência complementar (POSTALIS) por má gestão é outro exemplo.

Outros fatores ajudaram a piorar a situação da estatal, como por exemplo, a defasagem de funcionários devido à falta de concurso público para preenchimento de vagas provenientes de planos de demissão voluntária incentivada pela gestão da empresa e por funcionários que se aposentaram, contenção de gastos em áreas específicas como, por exemplo, manutenção dos veículos, que afeta a qualidade na entrega das encomendas, dentre outros.

A falta de funcionários e de condições de trabalho, além da tentativa de cortes de benefícios recebidos pelos empregados há vários anos, são motivos que levaram os funcionários a decretar greve com mais frequência nos últimos anos. Esses fatores fazem com que a empresa esteja em constante desequilíbrio em suas finanças.

Contudo, por enquanto, a manutenção da empresa como uma estatal está incerta, sendo cogitada a possibilidade de abertura de capital ou privatização como alternativas para resolver a situação pela qual a empresa está atravessando. Mas, para isso acontecer é necessário que haja primeiro, uma aprovação de projeto de emenda à Constituição com o objetivo de mudar a legislação que rege a estatal para que num segundo momento possa ser feito todo o processo de privatização da empresa.

4.1 Análise das Demonstrações Contábeis da EBCT

A partir das Demonstrações Financeiras referentes ao período de 1991 a 2000, fornecidos pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (E-SIC) e pelas Demonstrações Financeiras referentes ao período de 2001 a 2018, disponibilizadas na página da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na Internet, foram levantados os dados disponibilizados no apêndice A e a partir deles foram calculados os Índices de Endividamento, conforme pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1 - Índices de Endividamento.

Ano	PPL	PAT
1991	0,92	0,48
1992	0,51	0,34
1993	0,68	0,39
1994	1,29	0,55
1995	1,13	0,53
1996	1,18	0,54
1997	1,07	0,51
1998	0,97	0,49
1999	0,80	0,44
2000	0,99	0,49
2001	1,18	0,54
2002	1,22	0,55
2003	1,12	0,53
2004	1,26	0,55
2005	1,14	0,58
2006	1,37	0,57
2007	1,20	0,54
2008	0,67	0,30
2009	1,16	0,53
2010	1,09	0,55
2011	1,70	0,62
2012	1,52	0,60
2013		1,03
2014	5,79	0,85
2015	9,60	0,90
2016		1,00
2017	84,02	0,98
2018	54,09	0,98

Fonte: Do autor (2019).

Observou-se que os índices analisados tiveram duas tendências de comportamento distintas uma da outra. A primeira está relacionada ao período compreendido de 1991 a 2012, no qual houve oscilações que ficaram entre o mínimo de 0,51(1992) e máximo de 1,70(2011) no índice PPL e 0,34 (1992) a 0,62 (2011), no índice PAT, indicando uma variação entre 34%

a 62% nesse período. Notou-se também que as maiores altas foram identificadas entre 1993 e 1994(0,68 para 1,29), 2008 e 2009(0,67 para 1,16), 2010 e 2011(1,09 para 1,17) e as maiores baixas de 1991 para 1992(0,92 para 0,51) e 2007 para 2008(1,20 para 0,67). Entretanto percebeu-se que de 2007 para 2008 houve uma diminuição de 0,53 em seu endividamento e de 2008 para 2009 um aumento de 0,49, existindo, portanto, um saldo de 0,04 que representou uma ligeira diminuição no endividamento da empresa em estudo.

Uma segunda tendência começou a ser iniciada em 2013, na qual a empresa encontrou-se em situação de Passivo a Descoberto, ou seja, suas obrigações superaram os recursos que a empresa tinha disponível para honrar seus compromissos, comprovado pelo Índice PAT que mostrou 100% do ativo da empresa estar comprometido com terceiros. Nesse ano, o Patrimônio Líquido da empresa ficou em -R\$386.972.000,00 composto da seguinte forma: Capital R\$3.179.458.000,00, Reserva de Lucros R\$732.298.000,00, Outros Resultados Abrangentes -R\$3.814.549.000,00, Prejuízos Acumulados -R\$484.179.000,00. Em 2014 e 2015, houve uma pequena diminuição nos índices, que registraram 5,79 e 9,60 respectivamente, sendo demonstrado a partir do índice PAT que 85% e 90% respectivamente do ativo total da empresa estavam comprometidos com terceiros, apesar de serem considerados índices elevados. Em 2014, o Patrimônio Líquido ficou em R\$2.662.843.000,00, composto de: Capital R\$3.179.458.000,00, Ajuste Avaliação Patrimonial R\$3.296.110.000,00, Reserva de Lucros R\$308.237.000,00, Outros Resultados Abrangentes -R\$4.120.962.000,00. Constatou-se que de 2013 para 2014 houve uma redução de 1,03 para 0,85, indicando que o ativo total da empresa não estava mais todo comprometido com terceiros, ficando 18% desse ativo com a empresa para utilizar em qualquer outro tipo de investimento. Em 2015, o Patrimônio Líquido ficou em R\$1.462.587.000,00, composto por: Capital R\$3.179.458.000,00, Ajuste Avaliação Patrimonial R\$3.275.631.000,00, Outros Resultados Abrangentes -R\$3.036.788.000,00, Prejuízos Acumulados -R\$1.955.714.000,00.

Em 2016, observou-se que a empresa apresentou novamente Passivo a Descoberto com 100% do seu ativo total comprometido. Nesse ano, o Patrimônio Líquido ficou em -R\$100.870.000,00, composto por: Capital R\$3.179.458.000,00, Ajuste Avaliação Patrimonial R\$4.458.305.000,00, Outros Resultados Abrangentes R\$-4.762.853.000,00. Nos anos de 2017 e 2018, ocorreu uma ligeira diminuição no qual os índices ficaram em 84,02(2017) e 54,09 (2018), com 98% dos recursos provenientes do ativo da empresa destinada a cumprir obrigações com terceiros e 2% restante para investimento próprio. Dessa forma, em 2017 o Patrimônio Líquido ficou em R\$159.490.000,00, composto por: Capital R\$3.179.458.000,00, Ajuste Avaliação Patrimonial R\$4.458.305.000,00, Outros Resultados Abrangentes -

R\$4.762.853.000,00 Prejuízos Acumulados -R\$2.715.420.000,00. Em 2018, o Patrimônio Líquido de R\$254.714.000,00 era composto de: Capital R\$3.222.700.000,00, Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital R\$180.758.000,00, Ajuste Avaliação Patrimonial R\$4.375.771.000,00, Outros Resultados Abrangentes -4.984.061.000,00, Prejuízos Acumulados -2.540.454.000,00.

A partir do cálculo da Média, Mediana, Variância e Desvio Padrão para o período de 1991 até 2018, foram observados os valores apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Medidores Estatísticos.

Medidores	PPL	PAT
Média	6,77	0,60
Mediana	1,18	0,54
Variância	349,45	0,04
Desvio Padrão	18,69	0,20

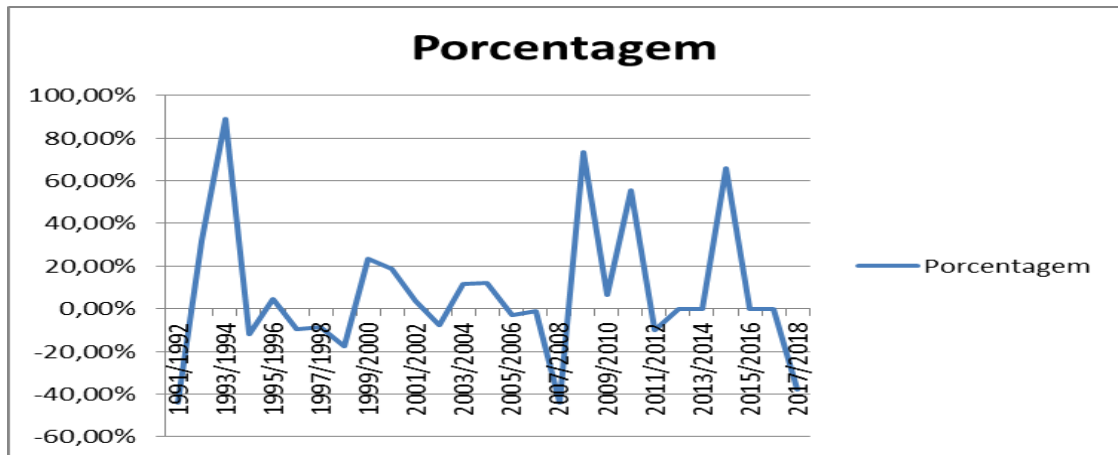
Fonte: Do autor (2019).

Calculou-se a Média dos Índices de Endividamento que ficou em 6,77 para o índice PPL e 0,60 para o índice PAT. Esses números representam que de 1991 a 2018, a média do seu endividamento ficou em 6,77, ou seja, a empresa necessitaria complementar a cada 1,00 de unidade monetária investido por ela mais 5,77 para honrar dívidas com terceiros, que comprometia 60,96% do ativo total da empresa. Em seguida, ao ser calculado a Mediana, foi encontrado para o índice PPL o valor de 1,18, que representa o índice que está posicionado no meio dos outros calculados e 0,5441 para o índice PAT que indica a porcentagem de 54,41% como a posição central dos valores calculados.

Ao calcular a Variância dos Índices de Endividamento encontrou-se o número 349,45 para o índice PPL e 0,040 para o índice PAT. Ela mostrou que os índices calculados estão distantes em relação ao valor médio encontrado no PPL e estão próximos em relação ao valor médio encontrado no PAT. E ao ser calculado o Desvio Padrão encontrou-se o valor de 18,69 para o índice PPL e 0,20 para o índice PAT. Esses números representam a distancia existente entre os valores encontrados no PPL em relação ao valor médio calculado e a aproximação existente entre os valores encontrados no PAT em relação ao valor médio calculado.

Houve variações nos índices, com alterações significativas tanto em acréscimo quanto em decréscimo considerando o ano anterior, conforme Gráfico 1 e Tabela 3.

Gráfico 1 - Porcentagem da Variação Ano a Ano do Índice PPL proposto por Assaf Neto.



Fonte: Do autor (2019)

O Gráfico 1 mostra a instabilidade do índice PPL na linha do tempo, identificando os maiores e os menores valores do período estudado. Uma análise detalhada é dada na Tabela 3.

Tabela 3 - Variação ano a ano do Índice PPL proposto por Assaf Neto.

PPL		
Ano	Variação	Porcentagem
1991/1992	-0,4405	-44,05%
1992/1993	0,3194	31,94%
1993/1994	0,8880	88,80%
1994/1995	-0,1213	-12,13%
1995/1996	0,0467	4,67%
1996/1997	-0,0973	-9,73%
1997/1998	-0,0860	-8,60%
1998/1999	-0,1772	-17,72%
1999/2000	0,2324	23,24%
2000/2001	0,1893	18,83%
2001/2002	0,0350	3,50%
2002/2003	-0,0767	-7,67%
2003/2004	0,1183	11,83%
2004/2005	0,1221	12,21%
2005/2006	-0,0303	-3,03%
2006/2007	-0,125	-1,25%
2007/2008	-0,4385	-43,85%
2008/2009	0,7342	73,42%
2009/2010	-0,0624	-6,24%
2010/2011	0,5533	55,33%
2011/2012	-0,1027	-10,27%
2012/2013	-1,0000	-1,0000%
2013/2014	-1,0000	-1,0000%
2014/2015	0,6580	65,80%
2015/2016	-1,0000	-1,0000%
2016/2017	-1,0000	-1,0000%
2017/2018	-0,3799	-37,99%

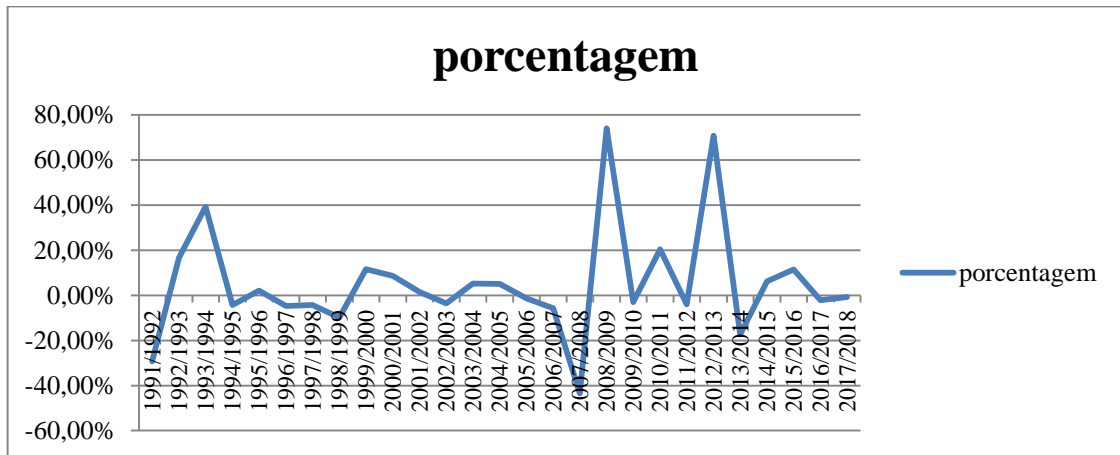
Fonte: Do autor (2019).

Nota-se que nos períodos 2012/2013, 2013/2014, 2015/2016, 2016/2017 não foi possível realizar a análise devido o Patrimônio Líquido de 2013 e 2016 ser igual, ou inferior, a zero. A Tabela 3 permite observar que as cinco maiores variações levando em consideração um aumento em comparação ao ano anterior foram: 1993/1994 com 88,80%; 2008/2009 com 73,42%; 2014/2015 com 65,80%, 2010/2011 com 55,33% e 1992/1993 com 31,94%. O maior aumento observado foi entre os anos de 1993 e 1994, onde o índice de endividamento que estava em 0,68 elevou para 1,29 motivado pelo aumento nas seguintes contas do Passivo: Exigível a longo prazo passou de R\$366.607,11 para R\$1.267.940,57 influenciado pelo aumento das contas Empréstimos e Financiamentos de R\$365.258,49 para R\$649.162,89, ou seja, um aumento de 77,72% em relação ao ano anterior, e Obrigações a liquidar que passou de R\$1.348,62 para R\$618.777,70. O Passivo Circulante passou de R\$22.087.829,13 para R\$496.193.618,16, com os maiores aumentos nas seguintes contas: Contas Passivas de Regularização (R\$2.221.817,44 para R\$184.439.196,81), Provisões Trabalhistas (R\$4.210.014,16 para R\$80.558.553,72), INSS Depósitos Pagamentos Benefícios (R\$1.768.248,47 para R\$45.731.118,38).

Considerando-se redução nos índices de endividamento em relação ao ano anterior, as maiores ocorreram: 1991/1992 com uma redução de 44,05%, a única redução ocorreu no Patrimônio Líquido, no qual apesar do aumento nas Reservas de Capital de Cr\$392.739.758.573,00 para Cr\$4.916.064.015.946,00, teve uma diminuição na conta Participação da União de Cr\$130.029.269.959,00 em 1991 para Cr\$0,00 em 1992; seguidas dos anos 2007/2008 com -43,85%; 2017/2018 com -37,99%; 1998/1999 com -17,72%; 1994/1995 com -12,13%; 2011/2012 com -10,27%.

Em relação ao Índice de Endividamento Capital de Terceiros/ Ativo Total, o Gráfico 2 e a Tabela 4 a seguir mostram a variação de comportamento desse índice:

Gráfico 2 - Porcentagem da variação ano a ano do Índice PAT proposto por Assaf Neto.



Fonte: Do autor (2019).

O Gráfico 2 mostra a trajetória da variação do índice PAT calculado em sua linha do tempo, destacando os anos que tiveram os maiores e os menores valores. A Tabela 4 traz uma análise mais detalhada do comportamento deste indicador.

A partir da Tabela 4, pôde-se observar que as quatro maiores elevações no Índice Capital de Terceiros/ Ativo Total ocorreram: entre os anos de 2008 e 2009(74,00%), de 2012 e 2013(70,79%), de 1993 e 1994(39,31%); e de 2010 e 2011(20,47%).

Tabela 4 - Variação ano a ano do Índice PAT proposto por Assaf Neto.
(continua)

PAT		
Ano	Varição	Porcentagem
1991/1992	-0,2902	-29,22%
1992/1993	0,1676	16,76%
1993/1994	0,3932	39,32%
1994/1995	-0,0428	-4,28%
1995/1996	0,0213	2,13%
1996/1997	-0,0469	-4,69%
1997/1998	-0,0434	-4,34%
1998/1999	-0,0981	-9,81%
1999/2000	0,1166	11,66%
2000/2001	0,0868	8,68%
2001/2002	0,0157	1,57%
2002/2003	-0,0360	-3,60%
2003/2004	0,0523	5,23%
2004/2005	0,0505	5,05%
2005/2006	-0,0128	-1,28%
2006/2007	-0,0572	-5,72%
2007/2008	-0,4354	-43,54%
2008/2009	0,7499	74,99%
2009/2010	-0,0297	-2,97%
2010/2011	0,2047	20,47%

Tabela 4 - Variação ano a ano do Índice PAT proposto por Assaf Neto.
(conclusão)

PAT		
Ano	Varição	Porcentagem
2011/2012	-0,0406	-4,06%
2012/2013	0,7079	70,79%
2013/2014	-0,1738	-17,38%
2014/2015	0,0620	6,20%
2015/2016	0,1147	11,47%
2016/2017	-0,0211	-2,11%
2017/2018	-0,0071	-0,71%

Fonte: Do autor (2019).

O maior valor ocorrido foi em 2008, no qual o índice de 0,67 subiu para 1,16 no ano de 2009. As principais contas que sofreram aumentos no que tange ao passivo foram: Passivo Não Circulante= Postalis Reserva a Amortizar (R\$632.800.000,00 para R\$1.285.700.000,00), Mandados e Precatórios (R\$135.200.000,00 para R\$153.300.000,00), Tributos Compensados (R\$90.500.000,00 para R\$92.600.000,00); e no Passivo Circulante= Salários e Consignações (R\$607.700.000,00 para R\$613.100.000,00), Impostos e Contribuições (R\$162.200.000,00 para R\$262.900.000,00), Arrecadações e Recebimentos (R\$153.700.000,00 para R\$155.800.000,00) e Participações nos Lucros e Resultados (R\$95.300.000,00 para R\$106.700.000,00).

As maiores reduções nesse índice ocorreram: entre os anos de 2007 e 2008(-43,54%), de 1991 e 1992(-29,22%), de 2013 e 2014(-17,38%), de 1998 e 1999(-9,81%). A maior redução ocorreu no período de 2007 (1,20) para 2008 (0,67), sendo as principais reduções nas seguintes contas do Passivo Circulante: Fornecedores (R\$353.200.000,00 para R\$331.500.000,00), Dividendos a Pagar (R\$224.900.000,00 para R\$191.600.000,00), Adiantamentos de Clientes (R\$16.900.000,00 para R\$14.000.000,00) e Participação nos Lucros e Resultados (R\$95.500.000,00 para R\$95.300.000,00).

4.2 Análises dos Indicadores de Endividamento considerando os mandatos presidenciais do Brasil e dos Correios

A EBCT é uma empresa pública que foi criada em 1969, conta com cem por cento de seu capital de origem pública, ou seja, recursos oriundos da União foram utilizados para a composição do seu capital. Por essa razão, seus dirigentes são determinados por meio de indicações políticas, e as tomadas de decisões ficam a cargo do Ministério ao qual estará vinculado, atualmente, Ministério dos Transportes e as decisões finais a cargo do Presidente da República. Desde o início do novo período democrático, ou seja, após a ditadura militar que durou de 1964 até 1985, passaram vários presidentes pela empresa, sendo relacionados no Quadro 1 juntamente com os respectivos presidentes da república no mesmo período:

Quadro 1 - Relação dos Presidentes da República com os respectivos Presidentes da Empresa de Correios e Telégrafos.

Presidente da República	Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Fernando Collor de Melo 1990/1992	José Rocha Lima 23/03/1990 à 28/09/1993
Itamar Franco 1992/1994	Antônio Correia de Almeida 29/09/1993 à 13/02/1995
Fernando Henrique Cardoso 1994/1998	Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves 13/02/1995 à 24/09/1995
	Amilcar Gazaniga 20/12/1995 à 21/09/1997
	Renzo Deno Sergente Rossa 22/09/1997 à 21/02/1999
Fernando Henrique Cardoso 1998/2002	Egyidio Bianchi (interino) 22/02/1999 à 16/07/2000
	Hassan Gebrin 17/07/2000 à 06/08/2002
	Humberto Eustáquio Cesar Mota 07/08/2002 à 28/01/2003
Luís Inácio Lula da Silva 2002/2006	Airton Langaro Depp 27/01/2003 à 07/01/2004
	Eduardo Medeiros de Moraes (interino) 07/01/2004 à 12/03/2004
	João Henrique de Almeida Souza 12/03/2004 à 08/06/2005
	Jânio César Luiz Pohren (interino) 09/06/2005 à 05/07/2006
Luís Inácio Lula da Silva 2006/2010	Carlos Henrique Almeida Custódio 06/07/2006 à 28/07/2010
	Davi José de Matos 28/07/2010 à 02/01/2011
Dilma Rousseff 2010/2014	Wagner Pinheiro de Oliveira 03/01/2011 à 10/11/2015
	Giovani Correia Queiroz 11/11/2015 à 15/05/2016
Dilma Rousseff 2014/2016	Hélio Siqueira de Azevedo 12/05/2016 à 05/06/2016
Michel Temer 2016/2018	Guilherme Campos Júnior 06/06/2016 à 05/04/2018
	Carlos Roberto Fortner 06/04/2018 à 01/01/2019

Fonte: Do autor (2019).

Constatou-se que diversas vezes num mesmo mandato presidencial houve mais de um diretor na EBCT. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002 a 2006), por exemplo, foram os mandatos que mais tiveram mudanças na direção da empresa. Por essa razão, nessa seção, a análise dos indicadores de Endividamento terá como referência os mandatos presidenciais em relação aos Índices Relação de Capital de Terceiros/ Capital Próprio e Capital de Terceiros/ Ativo Total. A tabela 5 apresenta o comportamento do Índice Relação Capital de Terceiros/ Capital Próprio a partir da variância entre eles:

Tabela 5 - Relação das Trocas Presidenciais (ano) com Índice Capital de Terceiros/Capital Próprio (Variância).

Trocas Presidenciais	Capital de terceiros/Capital Próprio
Ano	Variância
1991/1992	0,0832
1993/1994	0,1843
1995/1998	0,0079
1999/2002	0,0366
2003/2006	0,0165
2007/2010	0,0597
2011/2014	5,8239
2015/2016	
2017/2018	509,6911

Fonte: Do autor (2019).

Observou-se que o período em que ocorreu a menor variância foi de 1995/1998 cujo valor ficou em 0,0079 no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, sendo que o maior índice registrado dentro desse período foi encontrado no ano de 1996, com um índice de 1,18, onde o Ativo Total ficou em R\$10.972.221.029,50 e o Passivo em R\$595.565.277,22, influenciado com as seguintes contas: Provisões Trabalhistas, que correspondeu a 21,64% do valor do Passivo, seguidas de INSS Depósito Pagamento de Benefícios (14,13%), Outros credores (11,73%) e Provisões (11,56%), com Exigíveis em Longo Prazo: Empréstimos e Financiamentos (0,03%), Obrigações a Liquidar ou Reclamações Trabalhistas (0,30%); e Patrimônio Líquido (R\$501.625.751,52): Capital (R\$48.507.355,32); Reserva de Capital (R\$549.933.794,49) e Reservas de Lucro (R\$953.384,59).

Em 1998 foi registrado o menor índice dentro desse primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, que foi de 0,97, indicando que para cada 1,00 investido na empresa, 0,97

era capital de terceiros. O Ativo Total foi de R\$1.707.579.461,99 e o Passivo (R\$844.900.461,44), puxado pelas seguintes contas: INSS Depósito Pagamento de Benefícios, que representou 16,19% do valor do Passivo, seguidas de Provisão Férias Décimo Terceiro (14,16%), Provisões (14,10%) e Fornecedores (8,51%), Exigíveis em Longo Prazo: Reclamações Trabalhistas (3,73%), Precatórios Trabalhistas (0,05%), Previdência Social-Parcelamento (3,29%), Déficit Postalis (2,44%) e Autos de Infração ISS (1,02%); e Patrimônio Líquido (R\$862.679.000,55), assim distribuído: Capital (R\$597.151.170,79); Reservas de Capital (R\$8.480.269,61), Reserva de Lucros (R\$13.144.703,57), Resultados a Disposição da União (R\$57.908.765,15) e Lucros ou Prejuízos Acumulados (R\$185.994.091,43).

A maior variância ocorreu no período compreendido entre 2017 a 2018, que correspondeu ao último ano de mandato de Dilma Rousseff e o primeiro ano de governo de Michel Temer, com o valor de 509,6911 no qual 2017 teve um índice de 84,052, seguindo uma tendência de crescimento devido ao Passivo igual a zero ocorrido em 2013 e que influenciou o aumento de 2014 (5,79) e 2015 (9,60). Em 2016, a ocorrência de outro Passivo a Descoberto fez com que esse índice atingisse seu máximo registrado nesse estudo em 2017; ano de 2018 uma redução do valor do índice para 52,094612.

A Tabela 6 mostra o comportamento do Índice Relação Capital de Terceiros/ Ativo Total a partir da Variância entre eles:

Tabela 6 - Relação das Trocas Presidenciais (ano) com Índice Capital de Terceiros/Ativo Total (Variância).

Ano	Capital de terceiros/ativo total
	Variância
1991/1992	0,0097
1993/1994	0,0122
1995/1998	0,0004
1999/2002	0,0022
2003/2006	0,0006
2007/2010	0,0130
2011/2014	0,0407
2015/2016	0,0053
2017/2018	0,00002

Fonte: Do autor (2019).

Percebeu-se que a maior variação ocorreu no período de 2011 a 2014, primeiro mandato de Dilma Rousseff, cujo valor ficou em 0,0407 (4,07%). O menor índice nesse período foi em 2011 com 0,6299, apontando que 62,99% do Ativo Total estavam

comprometidos com terceiros. O Passivo de R\$6.634.188.000,00 teve as maiores contas em: Salários e Consignações, que equivaleu a 12% do Passivo, seguidas de Impostos e Contribuições (8,43%), Receitas Recebidas Antecipadamente (7,28%) e Encargos Sociais (5,92%); o Passivo Não Circulante (ou Exigível em Longo Prazo) era composto: Empréstimos e Financiamentos (0,34%), Postalis Reservas a Amortizar (1,77%), Passivo Contingente (6,79%), Tributos Compensados (1,82%) e Mandatos e Precatórios (0,029%); o Patrimônio Líquido de (R\$3.896.684.000,00) era composto por: Capital (58,12%), Reservas de Capital (0,96%), Reservas de Lucros (40,69%), Reserva Legal (9,73%), Reservas para Projeto de Investimento (9,77%), Reserva de Lucros a Realizar (23,74%) e Dividendos Adicional Proposto (0,21%); e um Ativo Total de R\$10.530.872.000,00.

O maior índice nesse período foi no ano de 2013 cujo valor ficou em 1,0323, apontando que todo seu ativo estava comprometido com terceiros. O Ativo Total estava em R\$12.018.074.000,00, um Passivo de R\$12.405.046.000,00, cujas principais contas eram: Salários e Consignações equivalente a 8,15% do Passivo, seguidas de Fornecedores (5,13%), Receitas a Apropriar (0,46%) e Benefício Pós Emprego (4,25%); e um Passivo a Descoberto de R\$386.972.000,00, que era composto por: Capital R\$3.179.458.000,00; Reservas de Lucros (R\$732.398.000,00), Outros Resultados Abrangentes (-R\$3.814.549.000,00) e Prejuízos Acumulados de R\$484.179.000,00.

O Índice Relação Capital de Terceiros/ Ativo Total teve o menor índice no período compreendido de 2017/2018 cuja variância ficou em 0,000025001, algo bem próximo de zero, indicando que os índices estavam bem próximos. No ano de 2017, foi encontrado o maior índice relacionado a esse período com 0,988238391, apontando que 98,82% do ativo total da empresa eram de recursos para terceiros e 1,18% recursos para outras finalidades e o menor índice, nesse período foi encontrado em 2018 com um valor de 0,981165697, apontando que 98,11% do Ativo da empresa estavam direcionados a capital de terceiros e 1,89% correspondia a capital para a própria empresa.

4.3 Discussões dos Resultados Encontrados

A partir das análises dos índices de endividamento propostos por Assaf Neto e Lima (2017) averiguou-se que nos anos de 1991 a 1994, período em que o país passou por dois presidentes da República (Fernando Collor de Mello, 1990 a 1992 e Itamar Franco, 1993 a 1994) houve apenas um presidente da EBCT (José Rocha Lima, 1990/1994). Nesse período a empresa obteve dois extremos em relação aos índices pesquisados, sendo o primeiro deles

ocorrido nos anos de 1991 para 1992 no qual houve a maior redução percentual do índice Capital de Terceiros/Capital Próprio de 44,05%.

Em contrapartida no período seguinte de 1993 para 1994 houve um aumento expressivo desse endividamento, que passou de 0,68 em 1993 para 1,29 em 1994, significando um aumento de 88,80% em relação ao ano anterior, ou seja, para cada 1,00 investido da empresa, 1,29 era de terceiros, significando que a empresa precisaria acrescentar mais 0,29 ao seu patrimônio líquido para equiparar ao seu passivo.

Em relação ao índice Relação Capital de Terceiros/Ativo Total, o menor foi em 1992 no qual 34,12% do Ativo Total da empresa estavam comprometidos com terceiros, complementando a redução ocorrida com o outro índice, e o maior ocorreu em 1994 no qual 55,52% do Ativo Total da empresa estava comprometido, refletindo o aumento do índice Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio ocorrido nesse mesmo ano.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, período em que o Brasil era governado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2006 a 2010, segundo mandato), o presidente dos Correios era Carlos Henrique Almeida Custódio (2006 a 2010), anteriormente teve um presidente interino, Jânio César Luiz Pohen (06/2005 a 07/2006). A Relação capital de Terceiros/Ativo Total diminuiu de forma expressiva de 2007 para 2008 em 43,54%, passando de 54,55% de comprometimento do Ativo Total com terceiros para 30,79% sinalizando que 69,21% desse ativo estavam descomprometidos com terceiros, mas em 2009 esse índice voltou a aumentar e ficou em 53,89%, praticamente o mesmo nível de endividamento de 2007.

Em relação ao índice Capital de Terceiros/Capital Próprio, no ano de 2007 era de 1,20 baixou em 2008 para 0,67 e voltou a subir em 2009 para 1,16, perfazendo o mesmo caminho que o índice Capital de Terceiros/Ativo Total. Tanto em 2007 quanto em 2009 a empresa necessitava complementar o seu Patrimônio Líquido pra equiparar ao seu Passivo, algo que em 2008 não precisou.

Os anos pelos quais a relação Capital de Terceiros/Capital Próprio esteve na proporção investimento da empresa maior que seu endividamento ocorreu em: 1991(0,92); 1992(0,51); 1993(0,68); 1998(0,97); 1999(0,80); 2000(0,99); e 2008(0,67), mas mesmo assim índices bastante elevados, que de acordo com Assaf Neto e Lima (2017), quanto menor for o índice menos a empresa está endividada. Desses anos somente em 1992 a proporção foi mais equilibrada em relação ao período pesquisado (1991 a 2018), indicando que para cada 1,00 investido pela empresa, 0,51 era de terceiros e nessa análise investimento da empresa maior que de terceiros, a menos equilibrada foi no ano de 2000 no qual a cada 1,00 da empresa, 0,99 era de terceiros.

Separando os anos pelos quais a proporção investimento maior que endividamento, todos os outros restantes tiveram índices direcionando para um endividamento maior que o investimento realizado pela empresa. O menos crítico foi de 1997 na proporção de cada 1,00 investido pela empresa, 1,07 era de terceiros, significando que a empresa necessitaria acrescentar 0,07 ao seu patrimônio líquido para equiparar ao seu passivo; e o mais crítico foi em 2017, na proporção que a cada 1,00 da empresa, 84,02 era de terceiros, significando que a empresa precisaria adicionar 83,02 em seu patrimônio líquido pra equiparar ao seu passivo.

Outra análise fez-se necessário para identificar a relação ano eleitoral, ano de posse e primeiro ano do novo pleito com os indicadores de endividamento para ver o comportamento destes em comparação com aqueles.

O Quadro 2 mostra que em todos os anos em que ocorreu processo eleitoral com posse de um novo presidente da república e mudança na gestão da empresa, exceto nos pleitos em que o presidente foi reeleito, também ocorreu variações nos índices de endividamento. No Índice Capital de Terceiros/Capital Próprio essas variações ocorreram tanto para mais nos anos de 1994/1995(12,13%), 1998/1999(17,72%), 2010/2011(55,33%), 2014/2015(65,80%), quanto para menos nos anos de 2002/2003(-7,69%) e 2006/2007(-1,25%). No primeiro ano do novo pleito houve aumento desse índice nos anos de 1995/1996(4,67%), 1999/2000(23,24%), 2003/2004(11,83%), 2007/2008(43,85%), sendo a exceção de 2011/2012 com uma redução de 10,27%.

Com relação ao Índice Capital de Terceiros/Ativo Total, os anos eleitorais que tiveram redução foram: 1994/1995(-4,28%), 1998/1999(-9,81%), 2002/2003(-3,60%), 2006/2007(-5,72%). E os que tiveram elevação: 2010/2011(20,47%) e 2014/2015(6,20%). No tocante ao primeiro ano de mandato, os que sofreram elevação: 1995/1996(2,13%), 1999/2000(11,66%), 2003/2004(5,23%), 2015/2016(11,47%) e os que reduziram: 2007/2008(-43,54%) e 2011/2012(-4,06%).

Quadro 2 - Comparativo das Mudanças de Gestão na Presidência do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Variação nos Índices de Endividamento no período de 1991 à 2018.

Ano/ano	Presidente do Brasil	Presidente da Empresa	Capital de Terceiros/Capital Próprio	Capital de Terceiros/Ativo Total
1994/1995	Itamar Franco	Antônio C. Almeida	12,13%	-4,28%
1995/1996	Fernando Henrique Cardoso	Henrique Hargreaves/Amílcar	4,67%	2,13%
1998/1999	Fernando Henrique Cardoso	Renzo Deno Sergente	17,72%	-9,81%
1999/2000	Fernando Henrique Cardoso	Egydio Bianchi/Hassan Gebrin	23,24%	11,66%
2002/2003	Fernando Henrique Cardoso	Hassan Gebrin/Humberto Mota	-7,67%	-3,60%
2003/2004	Luís Inácio Lula da Silva	Airton Langaro	11,83%	5,23%
2006/2007	Luís Inácio Lula da Silva	Jânio Cesar L.Pohen	-11,25%	-5,72%
2007/2008	Luís Inácio Lula da Silva	Carlos Henrique de Almeida	43,85%	-43,54%
2010/2011	Luís Inácio Lula da Silva	Carlos H. Almeida/Davi Matos	55,33%	20,47%
2011/2012	Dilma Rousseff	Wagner Pinheiro de Oliveira	10,27%	-4,06%
2014/2015	Dilma Rousseff	Wagner P. Oliveira/Giovani C. Queiroz	65,80%	6,20%
2015/2016	Dilma Rousseff	Hélio S. de Azevedo/Guilherme Campos	-1	11,47%

Fonte: Do autor (2019).

5 CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados neste trabalho observou-se que a Descontinuidade Administrativa presente na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos afetam suas finanças, especificamente, em relação ao seu endividamento.

Ao analisar os documentos contábeis disponibilizados pela empresa através dos Índices de Endividamento propostos na literatura no período de 1991 a 2018, juntamente com o cálculo das estatísticas descritivas (Média, Mediana, Variância e Desvio Padrão) levantou-se características das finanças que levaram a diagnosticar oscilações nos níveis de endividamento da empresa.

O endividamento apurado está ligado às mudanças de gestão ocorridas na empresa, principalmente no início de mandato presidencial, visto que a empresa estudada é uma estatal e por isso seus gestores são empossados através de indicações dos políticos que compõem a estrutura governista daquele momento.

Ao diagnosticar os efeitos da descontinuidade administrativa sobre o endividamento da EBCT constatou-se dois comportamentos no período estudado de 1991 a 2018. O primeiro que vai de 1991 a 2012, em que os níveis de endividamento oscilavam dentro de limites considerados elevados; e um segundo comportamento que se iniciou em 2013 e foi até o ano 2018, em que os níveis de endividamento apresentavam níveis críticos, constatando assim o alto nível de endividamento estatal.

Este estudo apresentou limitações quanto à coleta de dados, pois a empresa não disponibiliza informações contábeis anteriores a 2001. Como este trabalho limitou-se a estudar os efeitos da descontinuidade a partir da nova democracia, iniciada em 1990, fez-se necessário um aprofundamento nas informações anteriores a 1990 solicitando informações à empresa objeto de estudo. Contudo, as informações disponibilizadas encontravam-se em demonstrações contábeis anualizadas, impedindo uma análise do comportamento dos dados em janelas temporais específicas.

A literatura existente e escolhida para embasamento teórico apresenta estudos referentes a organizações privadas, constatando-se um hiato de estudos referentes a organizações públicas. Essa limitação permite sugerir para trabalhos futuros a construção de indicadores que possam ser utilizados de forma mais específica para a administração pública.

Quanto a futuras pesquisas cujo tema foi abordado neste trabalho sugere-se análise de outras organizações públicas que utilizem os indicadores de endividamento propostos na literatura, para diversificação e comparação desses estudos, aprofundamentos de temáticas

com objetivo de construção de índices que possam servir de referências nas organizações públicas e fonte de pesquisa para novos estudos relacionados a este tema.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Fundamentos da Administração Financeira. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2017, p 113-115.

BLATT, Adriano. Análise de Balanços: Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. Makron Books, São Paulo, 2001, p.64.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Disponível em <<http://www.www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6404-15-dezembro-1976-368447-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 10/09/2018.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em 10/09/2018.

<<http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicações/demonstrações-financeiras>>. Acesso em: 05 MAR.2019

E-SIC. Pedido de Informação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <não-responder.esic@cgu.gov.br >. 24/04/2019

ESTEVAM, Dimas de Oliveira, A Contínua Descontinuidade Administrativa e de políticas públicas. II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas. Criciúma, SC, UNESC. V2, N2, 14p. Novembro 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1390>>. Acesso em: 31 JUL.2018

GITMAN, Lawrence Jeffrey Princípios de administração financeira. Lawrence Jeffrey Gitman; tradução técnica Antônio Zoratto Sanvicente, 10ª edição. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

MAGNUS, Gabriela. Descontinuidade Administrativa do Poder Executivo: frente ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. 63p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Criciúma, 2011. Disponível em <repositorio.unesc.net/handle/1/389>. Acesso em: 09 OUT.2018

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 2009, 139f. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV). São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2423>>. Acesso em: 31 JUL.2018

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2ª edição. São Paulo: Atlas. 1998, p.44-50.

ZARPELLON, S.C. Continuidade e descontinuidade administrativa de programas e projetos econômicos e sociais: um ensaio sobre fatores que contribuem para esse fenômeno na região centro-sul do Paraná, Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 2011, Ponta Grossa. Anais do CIEPG. Ponta Grossa: UEPG, 2011. V. 1. P. 1-18. Disponível em <<http://www.ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/continuidade-e-descontinuidade-administrativa-de-programas-e-projetos-economicos-e-sociais-sobre>>

fatores-que-contribuem-para-esse-fenomeno-na-regiao-centro-sul-do-parana-brasil.pdf>.
Acesso em 05/08/2018.

APÊNDICE A – PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVO TOTAL EBCT

Ano	Passivo (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Ativo Total (R\$)
1991	276.991.270.833*	299.053.806.116*	576.045.076.949*
1992	1.962.726.498.910*	3.788.012.873.895*	5.750.739.372.845*
1993	22.454.436,24**	32.844.342,70**	56.343.644,88**
1994	497.461.558,75	385.389.902,79	895.925.176,76
1995	424.317.597,55	374.113.122,41	798.430.699,96
1996	595.565.277,98	501.625.751,52	10.972.221.029,50
1997	666.250.784,55	621.702.842,48	1.287.953.627,03
1998	844.900.461,44	862.679.000,55	1.707.579.461,99
1999	870.835.708,04	1.080.746.914,60	1.951.582.622,64
2000	1.167.062.294,73	1.175.156.240,59	2.342.218.535,32
2001	1.844.558.255,17	1.561.632.754,59	3.406.191.009,76
2002	2.287.793.532,19	1.871.277.864,54	4.159.071.396,73
2003	2.360.249.277,15	2.091.067.986,61	4.451.317.263,76
2004	2.858.406.557,00	2.264.364.209,05	5.122.770.766,05
2005	3.201.171.005,19	2.259.872.883,73	5.461.043.888,92
2006	3.315.418.121,43	2.413.867.511,80	5.729.283.633,23
2007	3.427.682.125,51	2.855.206.566,07	6.282.888.691,58
2008	2.092.700.000,00	3.104.600.000,00	6.794.900.000,00
2009	3.701.198.785,68	3.166.147.825,11	6.867.346.610,79
2010	4.587.606***	4.185.658***	8.773.260***
2011	6.634.188***	3.896.684***	10.530.872***
2012	6.317.842***	4.136.017***	10.453.859***
2013	12.405.046***	386.972***	12.018.074***
2014	14.350.789***	2.477.609***	10.453.859***
2015	14.046.590***	1.462.587***	15.509.177***
2016	14.627.587***	100.870***	14.488.447***
2017	13.400.729***	159.490***	13.560.219***
2018	13.269.227***	254.714***	13.523.941***

*Moeda em Cruzeiros; **Moeda em URV (Unidade Real de Valor) Fonte: Do autor

***em milhões de Reais